

# Governo não facilita negociações com servidores federais em 2012

Não tem aumento para o salário dos servidores federais em 2012 e se sobrar alguma coisa, será para os benefícios e olhe lá. Essas foram as indicações apresentadas pelo “velho-novo” secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça. A marcha que levou seis mil servidores federais às ruas da Capital Federal na manhã de quarta-feira, 28 de março, não foi suficiente para impressionar o Governo sobre a possibilidade de greve



dos trabalhadores do Executivo.

No início da tarde, alguns dos representantes das 31 entidades que reforçam a Campanha Salarial de 2012 saíram da reunião no Ministério do Planejamento convictos de que se inicia a construção da greve em maio. Para isso, eles esperam reforço de toda a base em cenário nacional. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) esteve na marcha com alguns de seus diretores.

(Página 4)



## Governo quer manter congelado auxílio-alimentação

(Página 3)

*Vitória da categoria:*

## Aposentadoria integral por invalidez é aprovada por senadores

Por unanimidade, o Plenário aprovou na terça-feira (20 de março), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/2012, que garante proventos integrais a servidores públicos aposentados por invalidez. A proposta vai ser promulgada em sessão solene do Congresso Nacional, a ser agendada para os próximos dias. (Página 3)



## Sindsep-MT participa de mobilização em defesa dos órgãos de fronteira



O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) mobilizou servidores da Funasa, Inkra e Ministério da Saúde para participarem do Movimento em Defesa dos Órgãos de Fronteira que acontecia simultaneamente em 11 estados do Brasil que fazem parte da região de fronteiras.

(Página 2)

## Governo congela nomeação de servidor

(Página 4)

## Congresso cria projeto privatizando previdência pública

(Página 4)

### Fique ligado!

A próxima atividade de mobilização da categoria acontece no dia 25 de abril com um Dia Nacional de Luta que prevê a paralisação de atividades em todo o serviço público federal.

# Sindsep-MT participa de mobilização em defesa dos órgãos de fronteira

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) mobilizou servidores da Funasa, Inca e Ministério da Saúde para participarem do Movimento em Defesa dos Órgãos de Fronteira que acontecia simultaneamente em 11 estados do Brasil que fazem parte da região de fronteiras.

Polícia Rodoviária Federal, Policiais Federais,



Analistas Tributários e Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil participaram na quinta-feira, 29 de março, na Base Operacional da PRF de Cáceres/MT, do Dia de Mobilização em Defesa dos Órgãos de Fronteira.

O objetivo foi protestar contra o abandono e as precárias condições de trabalho dos servidores que atuam nas localidades de difícil provimento, em especial, nas regiões fronteiriças do país. A manifesta-

ção também serviu para reivindicar o adicional de fronteira (extensivo a todos os servidores dos estados fronteiriços e região amazônica) como forma de fixar os servidores dos órgãos envolvidos nestas regiões.

O evento foi convocado pela FENAPRF (Fede-

ração Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, FENAPEF (Federação Nacional dos Policiais Federais) e SINDIRECEITA (Sindicato Nacional dos Analistas Tributários) e foi organizado regionalmente pelo SINDPRF/MT (Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Mato

Grosso) e pelo SINDIRECEITA (Delegacia Sindical/MT).

Os diretores do SINDPRF/MT, Paulo Vinícius, Aurélio Amorim e Itamar, foram unânimes em afirmar que o trabalho do servidor é essencial para e deve ser valorizado.

Fonte: [www.sinprfmt.com.br](http://www.sinprfmt.com.br)

## Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT

33.710.088/0001-94  
Período: 31/01/2012

### Receitas Brutas de vendas e/ou serviços

RECEITAS		
MIN PLANEJAMENTO	302,90	
EXERCITO	4.866,07	
MIN EDUCACÃO (MEC)	25,66	
MIN AGRICULTURA	3.343,83	
MIN FAZENDA	2.691,02	
MIN JUSTIÇA	50,50	
MIN AERONÁUTICA	64,88	
MPAS/SAS	236,50	
MIN SAUDE	16.088,04	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	2.272,47	
UFMT	402,42	
FUNAI	8.002,75	
MME	146,38	
D N P M	54,34	
FUNASA	9.198,10	
A N V S	58,20	
AGU	263,38	
IBAMA	960,55	
MIN COMUNICAÇÕES	809,86	
INCRA	8.229,85	
MIN TRANSPORTES	7.068,26	
INSS	1.058,83	
MIN MARINHA	262,35	
CONAB	1.625,23	
D P R F	131,72	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	746,87	
SERPRO	28,62	
INSTITUTO CHICO MENDES	47,28	
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	166,68	
DEPÓSITO CHEQUE BB	1.730,00	70.933,54
<b>( = ) Receita Líquida</b>		<b>70.933,54</b>
<b>( = ) Superávit Bruto</b>		<b>70.933,54</b>
<b>( - ) Despesas Operacionais</b>		
DESPESAS TRABALHISTA		
SALÁRIOS	6.412,23	
FÉRIAS + 1/3	2.118,00	
INSS	4.586,66	
VALE TRANSPORTE	831,60	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	816,84	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.750,00	
ESTAGIÁRIO SETOR JURÍDICO	718,80	
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	8.331,72	
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.600,00	
GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	1.400,00	
ANUÊNIO	138,68	29.704,53

### DESPESAS ADMINISTRATIVAS

TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	4.561,54	
ENERGIA ELÉTRICA	972,96	
MANUTENÇÃO DE REDE ELÉTRICA	50,00	
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	235,00	
LANCHES E REFEIÇÕES	399,95	
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	1.107,50	
MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	1.275,00	
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	3,00	
MATERIAIS DE INFORMÁTICA	4.817,26	
CORREIOS E POSTAGENS	2.534,60	
CÓPIAS E REPRODUÇÕES	409,00	
VIAGENS E ESTADIAS	11.967,83	
MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	260,69	
REFORMAS SINDICATO	1.100,00	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	5.000,00	
DESPESAS TÁXI	50,00	
CUSTAS PROCESSUAIS	750,00	
MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	648,84	
MENSALIDADE COPIADORA	300,00	
CÓPIAS EXCESSO	203,00	
MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	89,38	
JORNAL O COMPROMISSO	1.500,00	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.300,00	
AJUDA DE CUSTO	150,00	
BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	1.002,16	
DESPESAS ÓRGÃOS	608,00	41.295,71
DESPESAS FINANCEIRAS		
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	69,80	
TARIFAS BANCÁRIAS	60,00	
SAQUE CONTRA RECIBO	13,50	143,30
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	49,18	
IPVA	1.601,79	1.650,97
<b>( = ) Superávit Operacional</b>		<b>-1.860,97</b>
<b>( = ) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>-1.860,97</b>

MARIA DE JESUS DA SILVA  
CONTABILISTA  
C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA  
PRESIDENTE  
R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53

SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338

## EXPEDIENTE

### Boletim Informativo do SINDSEP-MT Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT  
Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: [sindsepmt@gmail.com](mailto:sindsepmt@gmail.com)

Jornalista Responsável: **Thais Raeli DRT 26 645/RJ**

Telefone (21) 8058-3771 E-mail: [jornalista@gmail.com](mailto:jornalista@gmail.com)

Diagramação/Edição de Arte: **Mario Pulcherio Filho - 9214-8099**

**DIRETORIA EXECUTIVA:** CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. **SUPLENTES DE DIREÇÃO:** DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SUS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP/CÁCERES. **CONSELHO FISCAL TUTELAR:** JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. **SUPLENTES DE CONSELHO FISCAL:** GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELÂNDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPÍRITO SANTO - 9º BEC

*Vitória da categoria:*

## Aposentadoria integral por invalidez é aprovada por senadores

**P**or unanimidade, o Plenário aprovou na terça-feira (20 de março), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/2012, que garante proventos integrais a servidores públicos aposentados por invalidez. A proposta vai ser promulgada em sessão solene do Congresso Nacional, a ser agendada para os próximos dias.

A PEC 5/2012 assegura ao servidor público que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 o direito de se aposentar por invalidez com proventos integrais e garantia de paridade.

Dessa forma, o servidor público poderá receber proventos equivalentes à sua última remuneração, conforme a proposta, que determina vinculação permanente entre proventos de aposentados e a remunera-



Deputada federal Andreia Zito (RJ) na defesa dos aposentados e Josemilton Costa, secretário-geral da Condsef

ção da ativa, com extensão aos inativos de todas as vantagens concedidas aos ativos.

A PEC determina que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com suas respectivas

autarquias e fundações, procedam, no prazo de 180 dias da entrada em vigor da emenda, a revisão das apo-

sentadorias e pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004.

As emendas de redação apresentadas pelo relator apenas transferem a matéria das disposições transitórias para os dispositivos permanentes da Constituição. A apresentação de emendas de mérito obrigaria o retorno da proposta à Câmara, o que retardaria a tramitação da proposição, de autoria da deputada Andréia Zito (PSDB-RJ), que acompanhou a votação do Plenário.

Segundo dados do Ministério do Planejamento, 11.850 servidores foram aposentados por invalidez entre 2004 e 2011 no Executivo e podem ter os benefícios revistos. A medida ainda terá de ser promulgada em sessão do Congresso Nacional para ter validade. Estima-se que governo federal terá que pagar R\$ 500 milhões.

(Fonte: Condsef)

## Três eventos importantes no Sindsep-MT

Nos meses de abril e maio e junho, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) terá uma agenda intensificada com a base para fortalecer a Campanha Salarial de 2012 e deixar os trabalhadores prontos para a luta.

Em **abril**, entre os dias 12 e 15, sete representantes do Sindsep-MT viajam para Caldas Novas, no interior de Goiás para participarem da Plenária Estatutária da CONDSEF. Estarão presentes: Carlos Alberto de Almeida, Roosevelt Motta, Marinézio Soares de Magalhães, Ivette Vicentina de Amorim,



João de Deus da Silva Filho, Enildo Gomes e João Galdino.

Em **maio** (dia 4), acontece o **3º encontro dos**

**Aposentados e Pensionistas** que será no Ministério da Agricultura em Várzea Grande, (ALAMEDA ANÍBAL MOLI-

NA S/N). Representantes da Associação dos Servidores Federais em Transportes (ASDNER) e da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) estarão nesse dia. No dia 15 de março, o Sindsep-MT recebeu a melhor idade em uma reunião com 73 pessoas. A pauta foi informes gerais, tabela salarial, campanha salarial

e o 3º Encontro dos aposentados.

Em **junho**, o congresso do Sindsep-MT será re-

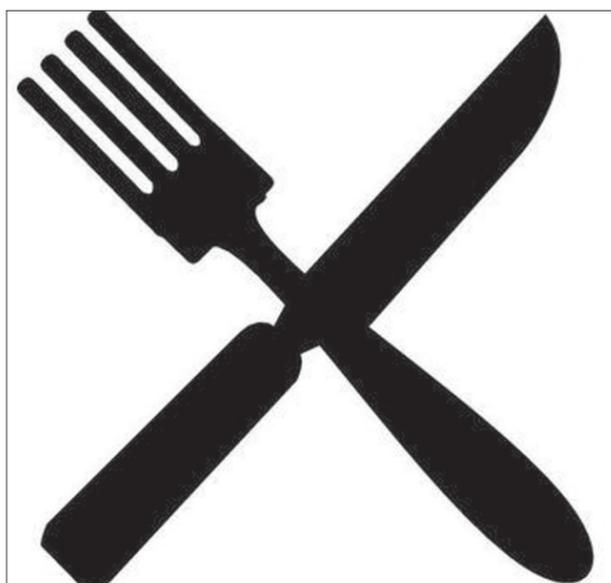
alizado entre os dias 12 e 15, com um representante da Condsef, além de outros convidados.



## Governo quer manter congelado auxílio-alimentação

Publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 28 de fevereiro e com a assinatura direta da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, o texto fixa em R\$ 373 o valor médio do auxílio-alimentação praticado na União no mês de março de 2011.

Este é o valor acima do qual fica vedado o reajuste, no exercício de 2012, do benefício do auxílio-alimentação, ou refeição, pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos três Poderes e do Ministério Público da



União (MPU), de acordo com o que estabelece a Lei 12.465/11 – a Lei de Diretrizes Orçamentárias atualmente em vigor.

A publicação da Portaria SOF nº 13 não implica em aumento imediato do benefício, mas impede que haja reajuste nos órgãos dos poderes da União que recebem acima deste valor médio fixado. No Poder Executivo, o valor unitário vigente está abaixo. Atualmente é de R\$ 304, fixado pela Portaria nº 42, de 9 de fevereiro de 2010, e vale para os servidores

da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundações.

Defasado desde 2004, o valor pago pelo governo aos servidores do Executivo, até bem pouco tempo girava entre R\$126 e R\$162. Após muita negociação e processos de mobilização, em 2010 uma Portaria fez com que o valor do auxílio-alimentação passasse a R\$304 em todo Brasil. Apesar do avanço, servidores do Executivo seguem com valor muito abaixo do que recebem hoje servidores do

Legislativo (R\$741) e Judiciário (R\$710) que também pleiteiam o justo reajuste em seus benefícios. Um dos principais objetivos é buscar a isonomia desses valores acompanhando a lógica constitucional que assegura tratamento igual aos servidores, independente de onde estejam lotados. A Portaria SOF nº 13 é um retrocesso a este necessário processo de recuperação nos valores dos benefícios pagos aos servidores federais.

(Com informações da Condsef)

# Governo não facilita negociações com servidores federais em 2012

**N**ão tem aumento para o salário dos servidores federais em 2012 e se sobrar alguma coisa, será para os benefícios e olhe lá. Essas foram as indicações apresentadas pelo “velho-novo” secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça. A marcha que levou seis mil servidores federais às ruas da Capital Federal na manhã de quarta-feira, 28 de março, não foi suficiente para impressionar o Governo sobre a possibilidade de greve dos trabalhadores do Executivo.

No início da tarde, alguns dos representantes das 31 entidades que reforçam a Campanha Salarial de 2012 saíram da reunião no Ministério do Planejamento convictos de que se inicia a construção da greve em maio. Para isso, eles esperam reforço de toda a base em cenário nacional. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) esteve na marcha com alguns de seus diretores (veja foto).

Ainda segundo Mendonça, política salarial com data-base é muito difícil atender. Ele ainda informou que fará todo esforço para dar uma resposta aos servidores federais no dia 31 de julho, para dizer sobre o conjunto das demandas e como serão tratadas. “Não é necessariamente para atender um ou outro ponto da pauta geral, mas para atender o conjunto de necessidades, através de suas entidades representativas”, acrescentou.



Para Mendonça, as negociações tratam do maior empregador do Brasil, o Governo Federal, é por isso, reajustes devem ser pensados e repensados para não causar danos orçamentários na planilha de custos da União. “A visão que o Governo está tento é fazer uma discussão setorial, tentando corrigir o que chamamos de distorções. Olhando para diversas categorias, no final somam 1,2 milhão de servidores. Vamos conversar com todas as entidades setoriais. Temos que combinar a pauta setorial com a geral, é difícil atender a pauta geral. Não fechamos portas, não é essa a visão do Governo. Vamos continuar conversando e se

tiver conflito, vamos continuar conversando”.

As respostas do secretário na coletiva de imprensa não foram as mais otimistas. Para 2012, ele deixou claro que não haverá reajuste de salários e, “quem sabe”, sobre alguma montante para os benefícios. “Aumento salarial não, mas da pauta geral o tema que tem condições de avançar é sobre os benefícios, embora não possa prometer que haja algum espaço para o reajuste de benefícios em 2012, o mais provável é em 2013”.

Sérgio Mendonça foi questionado sobre a possibilidade de greve e o que o Governo pensa e deixou claro de que não há possibili-

dade de conceder reajuste de 22,08% aos trabalhadores. “O Governo não quer greve, não é bom para o empregador que haja greve. Mas, o Governo tem sua dinâmica. Veja só, uma decisão sobre um agregado, que é despesa de pessoal, representa 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) é uma decisão de porte, que afeta toda macroeconomia do país. Tem a ver com as questões fiscais, com a política macroeconômica. É um assunto que passa pela ministra do Planejamento e é decidida pela presidenta. Esse tempo exige maturação e um olhar de quem vai decidir sobre um conjunto de variáveis macroeconômicas, econômicas, de justiça

das reivindicações no que diz respeito ao maior empregador do país, com 1,2 milhão de pessoas.

Ainda sobre a data-base, ele explicou que está no contexto das mudanças institucionais no sistema de negociações permanentes, mas vai depender de aprovações legais decorrentes da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “A data-base pode estar ou não nesse contexto”. Na Marcha em Brasília, convocada pela Confederação Nacional do Serviço Público Federal (Condsef), a CUT teve sua participação efetiva e o presidente Arthur Henrique teve sua fala elogiada por representantes da categoria

durante a negociação.

PL 2203/11

A respeito do projeto de lei (PL) 2203/11 que aguarda votação no Congresso Nacional, Mendonça informou que o Planejamento irá participar das audiências públicas sobre o assunto. O governo também irá se reunir com o relator do projeto na Câmara, deputado federal Jovair Arantes. Mas adiantou que o governo não pretende atender a demanda dos servidores de retirar do PL artigo que trata da insalubridade por entender que a proposta do governo é muito boa e correta.

Sem negociações prévias com os trabalhadores o PL modificou valores nas gratificações de insalubridade podendo causar prejuízos a milhares de trabalhadores. Já no caso dos docentes de ex-Territórios e escolas militares, o governo reconhece que cometeu um erro, mas que só poderá corrigi-lo no próximo instrumento legal a ser publicado em 2013.

Para a Condsef é clara a necessidade de reforçar a mobilização dos servidores e debater fortemente a necessidade de realização de uma greve. “Diante da postura do governo, o que nos resta para demover esta postura intransigente é realizar um grande dia de paralisação dos federais preparando a categoria para uma possível greve geral do funcionalismo público”, destacou o secretário-geral da Confederação, Josemilton Costa.

## Governo congela nomeação de servidor

**Contratações de concursados ficam suspensas até que entre em vigor novo regime de aposentadoria que iguala teto com o do INSS**

O governo reafirmou a decisão de manter suspensas por mais alguns meses as nomeações e posses de novos funcionários selecionados em concurso, para que eles ingressem no serviço público já dentro do novo Regime de Previdência Complementar do Servidor Público, aprovado no final do mês de março pelo Congresso. O governo quer que pelo menos o Fundo de Previdência Complementar do Poder Executivo (Fun-

presp-Exe) esteja em vigor até o fim de maio. De acordo com o Ministério do Planejamento, ainda estão pendentes de nomeação 1.469 vagas, de concursos homologados e ainda vigentes.

Além da suspensão de nomeações de concursados, outra polêmica pode rondar a criação do Funpresp: a equipe econômica recomenda à presidente Dilma Rousseff o veto ao artigo que garante uma espécie de subfundo para bancar as

aposentadorias especiais de mulheres, policiais e professores. A criação deste subfundo foi uma das condições exigidas pelo PT para a votação do Funpresp.

O Orçamento da União deste ano prevê o preenchimento de até 57.260 vagas nos três Poderes, sendo 54 mil apenas no Executivo. Mas o próprio Planejamento lembra que isso é apenas um indicativo.

Fonte: O GLOBO

## Congresso cria projeto privatizando previdência pública

O Congresso Nacional corrigiu um problema grave que afetava servidores aposentados por invalidez promulgand, a Emenda Constitucional nº 70/2012 que assegurou a “integralidade e a paridade” para servidores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal que entraram no serviço público até 19 de dezembro de 2003. Mas enquanto resolveu um problema que tramita desde 2007, o Congresso criou outro grave. Numa votação relâmpago, o Senado aprovou a privatização da previdência pública, criando o fundo de previdência complementar para servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário. A despeito dos alertas de muitos

especialistas para os problemas contidos no projeto ele segue agora para sanção presidencial. Apesar das inúmeras críticas feitas à decisão de privatizar a previdência pública, um acordo de lideranças garantiu a aprovação da polêmica proposta.

O novo regime será aplicado apenas aos servidores que assumirem seus cargos a partir da publicação da lei. Atualmente, os funcionários podem se aposentar como o salário integral. Caso a nova lei seja sancionada, para receber acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – hoje em 3.916 reais – será preciso contribuir para um fundo adicional, até o limite de 8,5% da

parcela do salário que exceder o limite do RGPS. Os recursos da Funpresp serão administrados por uma entidade fechada de previdência complementar, com regime de direito privado e natureza pública.

Hoje, os funcionários públicos têm direito a aposentadoria integral desde que, durante a atividade, contribuam com 11% sobre o salário. Nessa conta, a União entra com 22%. A fórmula básica será mantida após o Funpresp entrar em vigor, mas dará direito apenas a uma aposentadoria limitada ao teto do RGPS. Os servidores não serão obrigados a contribuir para o Funpresp, mas terão que fazê-lo se quiserem receber acima do limite.